Painel na COP31 reuniu representantes da CNseg, Febraban, ANBIMA, Banco do Brasil e Sistema OCB para discutir mecanismos de proteção financeira e investimentos em resiliência no campo

A ampliação do seguro rural, a previsibilidade dos recursos públicos e a mobilização de capital privado estão entre os desafios para financiar a adaptação do agronegócio às mudanças climáticas. O tema foi debatido nesta segunda-feira (9), durante o painel “From Risk to Resilience: Financing Agribusiness Adaptation to Climate Change”, realizado na Zona Azul da COP31, com representantes dos setores de seguros, crédito, mercado de capitais e cooperativismo.

Organizado pelo Pacto Global, Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em parceria com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e o Sistema OCB, o encontro discutiu a integração de instrumentos financeiros, políticas públicas e assistência técnica para fortalecer a resiliência dos produtores rurais.

Organizado pelo Pacto Global, Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o encontro discutiu a integração de instrumentos financeiros, políticas públicas e assistência técnica para fortalecer a resiliência dos produtores rurais.

A diretora de Sustentabilidade da CNseg, Cláudia Prates, alertou para a baixa cobertura do seguro rural no Brasil, especialmente diante das perdas provocadas pela seca. Segundo ela, a redução dos recursos destinados à subvenção dificulta o acesso à proteção. Cláudia defendeu a continuidade do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e a implementação das mudanças legislativas aprovadas em 2026.

“Não basta que os recursos destinados ao seguro rural sejam obrigatórios. É fundamental que sejam contínuos e previsíveis para garantir uma política sustentável de proteção ao agronegócio. Estamos falando de um setor estratégico para a economia brasileira, que precisa de investimentos em adaptação, mas também de mecanismos de proteção financeira diante dos eventos climáticos”, afirmou Cláudia Prates.

A representante da CNseg também destacou o papel dos dados climáticos na tomada de decisão. O Hub de Inteligência Climática da entidade, que disponibiliza informações sobre riscos de inundação, pode orientar investimentos, operações de crédito e estratégias de proteção.

“A adaptação climática também é uma questão financeira. Os eventos extremos afetam o fluxo de caixa do produtor, sua capacidade de pagar dívidas e de continuar produzindo. O agricultor não quer depender de sucessivos refinanciamentos. Ele quer recuperar sua safra, pagar seus compromissos e seguir trabalhando. É para isso que precisamos aproximar cada vez mais o crédito, o seguro e o mercado de capitais”, destacou Cláudia.

O superintendente de Sustentabilidade, Inovação e Educação da ANBIMA, Marcelo Billi, destacou o potencial de instrumentos como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e as operações de securitização para ampliar o financiamento do setor.

“O agronegócio ainda está distante do mercado de capitais, e precisamos mudar essa realidade. Quanto mais conseguirmos financiar com recursos privados os projetos que têm condições de acessar esse mercado, maior será o espaço para direcionar recursos públicos e subsídios às atividades que realmente precisam desse apoio”, disse Marcelo Billi.

O executivo observou que pequenos e médios produtores ainda enfrentam dificuldades para acessar esses mecanismos, principalmente pela falta de estrutura e informações exigidas pelos

investidores. Defendeu a combinação de fontes de financiamento e critérios mais claros para definir quais atividades precisam de subsídios públicos e quais podem captar recursos privados.

A gerente de Desenvolvimento de Cooperativas do Sistema OCB, Débora Ingrisano, destacou a capilaridade das cooperativas para ampliar o acesso à informação e aos serviços financeiros. As cooperativas de crédito estão presentes em mais de 3.600 municípios brasileiros e, em 1.072 deles, são a única instituição de crédito disponível.

“As cooperativas têm uma relação de proximidade e confiança com os produtores, especialmente nos pequenos municípios. Essa capilaridade nos permite levar informações sobre seguros, crédito e mercado de capitais a quem muitas vezes ainda não conhece esses instrumentos. Precisamos aproximar essas soluções dos pequenos e médios produtores, mostrando de forma acessível como elas podem contribuir para a prevenção e a adaptação climática”, frisou Débora Ingrisano.

Débora também apresentou iniciativas de capacitação e elaboração de inventários de carbono, defendendo que as políticas de adaptação considerem as particularidades da agricultura tropical brasileira.

Para o diretor de Sustentabilidade do Banco do Brasil, José Alves, as soluções de adaptação devem considerar as características dos territórios e dos produtores. Ele apresentou iniciativas de financiamento sustentável, como o RenovAgro, cuja carteira alcança aproximadamente R$ 12 bilhões, além de tecnologias de monitoramento por satélite e análises preditivas para apoiar decisões no campo.

“Ao conversar com pequenos agricultores em territórios remotos, identificamos que a primeira demanda não era por crédito, mas por assistência técnica e capacitação. Precisamos desenvolver as capacidades locais, estruturar as cadeias produtivas e preparar esses produtores para acessar o financiamento. Sem essa base, o crédito pode se tornar um problema, em vez de uma solução”, explicou José Alves.

O executivo também citou iniciativas na Amazônia que integram cooperativas, financiamento e mecanismos de mitigação de riscos para fortalecer cadeias produtivas e ampliar o acesso ao crédito.

Ao final, os participantes defenderam o fortalecimento da assistência técnica, da educação financeira e da integração entre os agentes de financiamento. Também destacaram a importância de combinar recursos públicos e privados com mecanismos de proteção capazes de reduzir os impactos financeiros dos eventos climáticos e garantir a continuidade da produção rural.

Fonte: CNseg, em 09.11.2026.